


Zimbra

compraslicitacoes@cabofrio.rj.gov.br

Impugnação ao Edital - Processo N 8517/2025 - Pregão Eletrônico N° 014/2025**De :** Revizza Comercio <vendas.revizza.rb@gmail.com> sáb., 02 de ago. de 2025 11:56**Assunto :** Impugnação ao Edital - Processo N 8517/2025 -
Pregão Eletrônico N° 014/2025 1 anexo**Para :** compraslicitacoes@cabofrio.rj.gov.br,
governo@cabofrio.rj.gov.br,
gabinete@saude.cabofrio.rj.gov.br**Impugnação ao Edital****Processo N 8517/2025 - Pregão Eletrônico N° 014/2025**

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço continuado de MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSENTAMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, GELADEIRAS, FREEZERS, BEBEDOUROS E PURIFICADORES, com fornecimento de mão de obra, materiais e componentes necessários à sua manutenção, para suprir as necessidades das Secretarias do Município.

À Secretaria Municipal de Governo de Cabo Frio – RJ

A licitante Revizza Comércio Serviços e Distribuidora em Geral LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.454.559/0001-27, sediada no endereço à Rua Ramira Schuller, s/n, Lote 07, Quadra 02, Galpão – Praça Cruzeiro – Rio Bonito – RJ – CEP: 28.800-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr Ricardo Costa Mattos, portador da Carteira de Identidade nº 108237827 e do CPF nº 074.051.577-26, vem respeitosamente perante esta Comissão Permanente de Licitação, interpor, esta IMPUGNAÇÃO, acostando para tanto os fundamentos que corrobora tal entendimento.

1. PREAMBULO / EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1.1. Trata-se de Licitação na qual sera realizada na modalidade de Pregão Eletronico, tipo Menor Preço Global, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada em serviço continuado de MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSENTAMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, GELADEIRAS, FREEZERS, BEBEDOUROS E PURIFICADORES, com fornecimento de mão de obra, materiais e componentes necessários à sua manutenção, para suprir as necessidades das Secretarias do Município.

1.2. Ocorre que, o impugnante ao tomar conhecimento do instrumento convocatório, e analisar detalhadamente os seus termos, verificou que o referido Edital contém restrições despropositadas no que se refere à qualificação técnica das empresas participantes, e a existência de questão que se continuada poderá afrontar sobremaneira os pressupostos legais insertos.

1.3. A licitação constitui um procedimento que se destina precipuamente, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública garantindo aos potenciais contratados o respeito aos princípios norteadores das compras públicas.

2. DOS FATOS COMBATIDOS

2.1. Dentre as cláusulas editalícia, observa-se que para a exigência a licitante deverá apresentar Acervo Técnico da Empresa averbados pelo CREA Transcrito do edital:

F.3 Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços da complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, conforme abaixo, devidamente registrado(s) no CREA dentre os quais sejam:

3. DO QUE DIZ OS ACÓRDOS, NORMAS E RESOLUÇÕES DO CREA E CONFEA DO RIO

DE JANEIRO

a) Acórdão 1542/2021 — plendrio do TCU

Em recente decisão, o Tribunal de Contas da União decidiu que "é irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao CREA, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes". É importante registrar que não se trata de acórdão isolado, mas de jurisprudência do TCU (v.g. Acórdãos 1.849/2019 e 1.674/2018 do Plenário e Acórdão 7.260/2016-2º Câmara).

A resolução do Confea nº 1.025/2009 veda a emissão de certidão de acervo técnico em nome da pessoa jurídica, o que inviabiliza o cumprimento do referido artigo da Lei nº 14.133/21.

Assim, o TCU decidiu não exigir o que no mundo real não existe. De que adiantaria a exigência de averbação dos atestados operacionais pelo CREA se esta autarquia não os faz?

Acredito que em razão disso, a lei de licitações previu:

Art. 67. A documentação relativa a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

()

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando foro caso, (...)

A lei entendeu que a realidade de cada conselho profissional é diferente. Caberá a eles definirem se seus atestados devem ser averbados e registrados. O CREA deve possuir motivos técnicos para vedar o registro do atestado operacional. Mas pode ser que o CRM, a OAB, o CFC, o CRECI, o CREFITO e outros conselhos de classe adotem conduta diferente.

b) Normas para Certidão de Acervo Técnico perante o CREA RJ.

Certidão de Acervo Técnico (CAT)

Art. 49 da Resolução 1025/09 do CONFEA - A Certidão de Acervo Técnico (CAT) é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional. Art. 50 da Resolução 1025/09 do CONFEA - A CAT deve ser requerida ao CREA pelo profissional por meio do SITAC/Ambiente de Serviços.

Parágrafo único No caso de o profissional especificar ART de obra ou serviço em andamento, o requerimento deve ser intruído com atestado que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço caracterizando, explicitamente, o período e as atividades ou as etapas finalizadas.

Importante

1. Quando necessário e mediante justificativa, o CREA poderá solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

ACERVO DE PESSOA JURÍDICA - <https://www.crea-rj.org.br/cat/>

Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. Parágrafo único.

A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

c) RESOLUÇÃO Nº 1.025, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009 - CONFEA

Seção I

Da Emissão de Certidão de Acervo Técnico

Art. 49, A Certidão de Acervo Técnico — CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

Art. 50. A CAT deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das ARTs que constarão da certidão.

Parágrafo único. No caso de o profissional especificar ART de obra ou serviço em andamento, o

requerimento deve ser instruído com atestado que comprove a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, caracterizando, explicitamente, o período e as atividades ou as etapas finalizadas.

Art. 51. O Crea manifestar-se-á sobre a emissão da CAT após efetuar a análise do requerimento e a verificação das informações apresentadas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

§ 3º A análise do requerimento para emissão de CAT aos responsáveis técnicos por obras ou serviços executados por Sociedade em Conta de Participado, deverá ser realizado pela Câmara Especializada relacionado à atividade desenvolvida, que observará a efetiva participação na execução da obra ou prestação do serviço. (NR)

Conclusão:

Como podemos observar dos trechos retirados que é vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

Fica bem claro que o CREA em seus dizeres contidos na CAT demonstra que a mesma é prova APENAS de capacidade técnica profissional. Ressaltamos também que uma CAT é uma consequência de uma ART-Anotação de Responsabilidade Técnica, que por sua vez é um formulário preenchido antes do início da execução de uma obra, na qual o CREA baixa a mesma e gera as devidas CATs que tem por finalidade demonstrar que o profissional nela relacionado executou a referida obra com o referido escopo contido no atestado de capacidade técnica.

A ART por sua vez é emitida também apenas por profissionais cadastrados e regulares no 6º gdo, vetado também a emissão de ART para pessoa jurídica.

4. DA ILEGALIDADE NAS EXIGÊNCIAS DE COMPROVAÇÃO DE QUESTÕES DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

4.1. É cristalino que tal restrição fere de morte a competitividade do certame, porquanto limita demasiadamente o número de participantes aptos a concorrer pelo objeto do presente Edital.

4.2. Ilustres, em que pese a necessidade indiscutível da Administração Pública em garantir que o vencedor de um certame licitatório guarde, ao menos, o mínimo necessário de condições no que toca à sua qualificação e capacidade técnica para gerir o objeto do contrato, fato é que o edital em comento, ao fazê-lo, extrapolou completamente os limites impostos pela lei e pela boa gestão da coisa pública.

4.3. Não obstante o poder discricionário da Administração para impor a qualificação técnica necessária aos competidores, a exigência é claramente exagerada e dispensável.

5. DOS PEDIDOS

5.1. O recebimento e o conhecimento da presente Impugnação.

5.2. O provimento da impugnação visando a alteração dos termos dos itens aqui abordados.

5.3. A suspensão do certame licitatório por essa Comissão, até que seja sanado o vício/ilegalidade apontado.

5.4. Afastar todas as irregularidades relacionadas as condições de caracteres restritivos contemplados nos itens do edital.

5.5. Caso esta Comissão de Licitação opte por manter o edital sem as devidas correções apontadas nesta impugnação, no princípio do duplo grau de jurisdição, seja remetido o julgamento para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes termos em que, pede e espera deferimento.

Desde já nos colocamos à disposição para esclarecimentos e solicitações

Cordialmente

Setor de Atendimento e Vendas

E-mail: vendas.revizza.rb@gmail.com

+55 21 99641-4349

Revizza Comércio Serviços e Distribuidora em Geral LTDA
CNPJ: 39.454.559/0001-27

Consulta possibilidade de confirmar recebimento

